



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre as ações de prevenção e controle do aumento de casos de mpox no Brasil, bem como sobre a possibilidade de ampliação do público-alvo da campanha de vacinação.

Senhor

Presidente,

Requeiro a V. Ex^{a.}, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministério da Saúde as seguintes informações:

1. Quais as principais estratégias de prevenção e controle adotadas ou reforçadas em 2026 em resposta ao aumento observado de casos de mpox?
2. Existem campanhas nacionais de comunicação ou estratégias de educação em saúde em planejamento ou execução voltadas à prevenção da mpox?
3. Em relação à vacinação contra mpox, quantas doses foram adquiridas, distribuídas e aplicadas no Brasil desde 2025 até a presente data (março/2026), discriminando por estado e por critério de elegibilidade?
4. Existe avaliação técnica em andamento para ampliação do público-alvo da vacinação, considerando o aumento sustentado de casos em 2026? Em caso afirmativo, qual o cronograma previsto e os grupos que estão sendo





priorizados para inclusão?

5. Caso não haja previsão imediata de ampliação, quais os principais critérios epidemiológicos, logísticos ou de disponibilidade de doses que impedem ou postergam essa expansão?

JUSTIFICAÇÃO

Dados oficiais do painel de monitoramento do Ministério da Saúde já contabilizam 140 casos confirmados da doença neste ano, com uma expressiva concentração no estado de São Paulo, que responde por 93 ocorrências, seguido pelo Rio de Janeiro (18) e Rondônia (11). A esses números, soma-se um contingente alarmante de 539 notificações de casos suspeitos que permanecem em investigação. Este hiato entre o confirmado e o suspeito acende um alerta vermelho, pois sugere a possibilidade de subnotificação e de uma circulação viral mais ampla do que a atualmente dimensionada pelo sistema de vigilância em saúde.

Embora não se registrem óbitos no corrente ano, a velocidade de transmissão observada impõe uma resposta imediata do poder público. A experiência acumulada em surtos anteriores demonstra que a mpox é uma doença que pode evoluir para quadros clínicos graves, especialmente em populações imunossuprimidas, e que sua transmissão, majoritariamente por contato físico próximo, exige ações coordenadas de contenção para evitar a sobrecarga da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

No campo da prevenção, a vacinação se consolida como a principal ferramenta tecnológica disponível para a redução da morbidade e da cadeia de transmissão. Contudo, o atual público-alvo da campanha nacional é restrito a grupos de alta vulnerabilidade, como pessoas vivendo com HIV/aids (PVHA). Diante do perfil epidemiológico dos infectados em 2026 – majoritariamente homens jovens –, a não ampliação desse escopo pode representar uma janela de oportunidade perdida para conter o avanço do vírus.

Dessa forma, o presente requerimento visa não apenas obter transparência sobre as ações em curso, mas também subsidiar esta Casa Legislativa na avaliação da eficácia das políticas públicas de saúde. É imperativo que o Ministério da Saúde detalhe suas estratégias de monitoramento, prevenção e, sobretudo, a logística e a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Duda Salabert - PDT/MG

possibilidade de expansão da cobertura vacinal, garantindo que o Brasil não repita os erros do passado ao subestimar um patógeno com potencial epidêmico.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2026.

Deputada DUDA SALABERT
PDT/MG

Apresentação: 12/03/2026 15:35:20.810 - Mesa

RIC n.546/2026



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 840 | CEP 70160-900 - Brasília - DF
(61) 3215-5840 | dep.dudasalabert@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD268453978500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duda Salabert



* C D 2 6 8 4 5 3 9 7 8 5 0 0 *